



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Secretaria Executiva

Ofício Nº 878/2022 - SEE/SECEX

Brasília-DF, 31 de agosto de 2022.

A s s u n t o : Representação, com pedido de medida cautelar, LEANDRO GRASS acerca de possível uso indevido de recursos oriundos do Programa de Descentralização de Administração Financeira - PDAF.

Ref.: Ofício nº 7286/2022-GP - Despacho Singular nº 391/2022-GCRR.

Senhor Presidente,

Trata-se do Despacho Singular nº 391/2022-GCRR, exarado no bojo do processo nº 00600-00009902/2022-57, em que esse Egrégio Tribunal de Contas indica o recebimento de representação do Deputado Distrital Leandro Grass, na qual aponta possível uso indevido de recursos oriundos do Programa de Descentralização de Administração Financeira - PDAF.

O nobre deputado externa que esta Pasta editou a Portaria nº 796, de 15 de agosto de 2022, destinando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para custear a participação dos alunos no Desfile de 7 Setembro do presente ano. Porém, alerta que a medida ofende o disposto nos arts. 2º e 13 da Lei 6.023/2017, que assim dispõem:

Art. 2º O PDAF orienta-se pela observação e pela aplicação do princípio da autonomia na gestão escolar, considerando a perspectiva da gestão democrática. Parágrafo único. O PDAF constitui-se como mecanismo de descentralização financeira, de caráter complementar e suplementar, destinado a prover recursos às unidades escolares e regionais de ensino da rede pública, com vistas a promover sua autonomia para o desenvolvimento de iniciativas destinadas a contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e o fortalecimento da gestão democrática na rede pública do Distrito Federal.

Art. 13. Os recursos financeiros do PDAF são utilizados de forma a dar suporte e garantia ao funcionamento da unidade escolar e da regional de ensino, assim como para contribuir com a realização do projeto político-pedagógico e com a execução das ações administrativo operacionais.
(g.n.)

Ao final, pede que o ato desta Secretaria seja sustado liminarmente e, no mérito, que seja confirmada a impossibilidade de uso do recurso para o fim supracitado ou correlatos.

Em vista do contraditório e da ampla defesa, para formar um adequado juízo de convencimento sobre a questão e antes de deliberar quanto à medida acautelatória demandada, essa Corte de Contas apresentou a esta Pasta a possibilidade de se manifestar e apresentar as informações que julgar pertinentes. Nesse sentido, passa-se aos esclarecimentos.

Inicialmente, é fato que esta Pasta editou o referido ato normativo secundário em que

torna público o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em despesas de custeio, no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, para custear às necessidades de preparação de 7 (sete) pelotões compostos por 1.175 estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, que participarão do Desfile Cívico-Militar de 7 de Setembro, do ano corrente, em comemoração ao Dia da Independência do Brasil.

Ressalta-se, ainda, que nos anos de 2017, 2018, 2019 também foram editadas portarias para o mesmo fim, conforme relatório anexo (94533610). Verifica-se que nas portarias a fonte de recursos utilizada foi a mesma deste ano, qual seja, recursos do PDAF.

Quanto à falta de aderência legal, em verdade, o próprio dispositivo assinalado pela representação e destacado em epígrafe abre margem para que ações do tipo sejam adotadas, afinal, a educação pública tem a obrigação não só de transmitir conhecimento, mas além e, para isso, firma no seu projeto político-pedagógico as ações necessárias para a formação do ser humano completo, livre e ciente da sua capacidade como cidadão local e para o mundo.

Na comemoração dos 200 anos de Independência do Brasil, **nossos estudantes participarão de uma insubstituível aula de civismo, de formação de caráter, de respeito pelos valores e símbolos da pátria, de educação patrimonial, desenvolvendo consciência cidadã, tão necessária aos homens e às mulheres que estarão comandando o futuro desta nação.**

Ademais, essas ações estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no currículo da Educação Básica, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos documentos normativos desta Secretaria.

Por fim, esta Pasta coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

JOÃO CARMO A. MANGABEIRA

Secretário Executivo de Educação do Distrito Federal substituto¹

¹Conforme delegação de competência na Portaria SEEDF nº 367, de 21 de julho de 2021, art. 12, inciso IV.

Anexos:

- Relatório 7 de Setembro (94533610).
- Portaria (94556406)
- Portaria (94557730)

A Sua Excelência o Senhor

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CARMO ATHAIDE MANGABEIRA - Matr. 0045950X, Secretário(a) Executivo(a) substituto(a)**, em 31/08/2022, às 15:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **94574445** código CRC= **06705114**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF
3901-2343
Site: - www.se.df.gov.br

00080-00199500/2022-15

Doc. SEI/GDF 94574445



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação
Diretoria de Planejamento
Gerência de Planejamento da Descentralização Administrativa e Financeira

Relatório '7 de setembro' POR ANO

Info. / Ano	2015	2016	2017	2018
Portaria	***	***	Portaria nº 321, de 28 de julho de 2017	Portaria nº 188, de 05 de julho de 2018
Valor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.000,00	R\$ 159.000,00

Info. / Ano	2019	2020	2021	2022*
Portaria	Portaria nº 207, de 17 de junho de 2019	***	***	Portaria nº 796, de 15 de agosto de 2022
Valor	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00

* Atualizado em 14/06/2022

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE
AGÊNCIA EMPRESARIAL DA RECEITA

DESPACHO DO GERENTE Nº 683, DE 06 DE JULHO DE 2018

Assunto: Restituição/Compensação
O GERENTE DA AGÊNCIA EMPRESARIAL DA RECEITA DA COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Decreto n.º 35.565, de 25/06/2014, e tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço SUREC nº 01, de 10/01/2018, observada a Ordem de Serviço COATE/SUREC nº 01, de 17/01/2018, fundamentado na Lei Complementar nº 04/94 CT/DF e no Decreto n.º 33.269/2011, resolve TORNAR SEM EFEITO o Despacho de Indeferimento nº 28, de 5 de abril de 2018, do contribuinte abaixo relacionado na seguinte ordem de Processo/Protocolo, Interessado, CPF/CNPJ, Tributo e Exercício: 20180221-174335, Cristiane Felix de Souza, 573.614.011-04, ITBI, 2017/2018.
TÚLIO FLAVO SIQUEIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 188, DE 05 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, e demais normativos que dispõem sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, RESOLVE:

Art. 1º. Tornar público, para o exercício de 2018, o valor de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais) em despesas de custeio no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, em caráter complementar, diretamente à Unidade Executora (UEX) das Coordenações Regionais de Ensino de Ceilândia, Gama, Guará, Planaltina, Plano Piloto, Samambaia, Santa Maria e Taguatinga.

Art. 2º. O repasse dos recursos financeiros serão distribuídos conforme os valores descritos no anexo único e tem por escopo a aquisição de vestuário, acessórios para compor a indumentária dos estudantes e contratação de transporte para atender os alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, nos ensaios e no evento das comemorações do Dia da Independência do Brasil, em 07 de setembro de 2018. O evento tem como tema: "Água: essência da vida, agenda do século XXI" e será representado por estudantes das Unidades Escolares vinculadas às Coordenações Regionais de Ensino de Ceilândia, Gama, Guará, Planaltina, Plano Piloto, Samambaia, Santa Maria e Taguatinga.

Parágrafo Único: Os itens de vestuário e acessórios, utilizados no evento das comemorações do Dia da Independência do Brasil, em 07 de setembro de 2018, comporão o acervo das respectivas Coordenações Regionais de Ensino que serão responsáveis pela guarda e conservação desses, para fins de utilização em eventos e ações pedagógicas futuras.

Art. 3º. Para fins de composição financeira do desfile, os valores a serem descentralizados às Unidades Executoras das Coordenações Regionais de Ensino, para apoio às 12 (doze) Unidades Escolares, foram calculados com base no valor de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais) distribuído entre 13 (treze) blocos intercalados com as bandas da SEDF, totalizando a participação de 860 estudantes e 60 professores e colaboradores envolvidos.

Art. 4º. A CRE deverá observar a regularidade da apresentação das prestações de contas de suas unidades escolares e da própria CRE, no âmbito da Gerência de Prestação de Contas da Diretoria de Prestação de Contas da Educação da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG.

Art. 5º. Quando da execução do presente recurso, as CREs deverão autuar processo, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), apartado da Prestação de Contas das UEXs que será inicialmente composto:

I- Portaria referente à descentralização do recurso;

II - Ata de Prioridades (Plano de Trabalho) com destinação dos valores descentralizados, com indicação das Unidades Escolares beneficiadas.

Art. 6º. Todas as aquisições com recursos do PDAF devem estar inseridas na Ata de Prioridades (Plano de Trabalho) das Unidades Executoras, previamente aprovada pelo órgão interno de deliberação da UEX e cumprir as determinações contidas na Lei nº 6.023/2017, acrescidos dos procedimentos abaixo elencados:

I - pagamento por meio de cheque nominativo ao próprio fornecedor do produto e/ou serviço.

II - anexação das cópias dos cheques emitidos ao processo;

III - identificação na nota fiscal da Unidade Escolar a que se destinam os recursos; e

IV - atesto de recebimentos dos produtos e/ou execução dos serviços deverão ser assinados por servidores regularmente lotados na Unidade Escolar contemplada;

Art. 7º. Por ocasião do pagamento aos fornecedores, obrigatoriamente, deverá ser verificado, pela Unidade Executora, a regularidade fiscal da empresa junto à Secretaria da Receita do Estado; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Previdência Social - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Tribunal Superior do Trabalho, por meio das correspondentes Certidões Negativas de Débito.

Art. 8º. Ao final da execução do recurso deverá ser formulado Quadro Resumo de Execução Financeira (RESQ), em duas vias originais, sendo que uma delas, obrigatoriamente, comporá o Processo de Prestação de Contas da UEX das CREs.

Parágrafo Único: O RESQ deverá ser anexado à Prestação de Contas do quadrimestre referente ao último pagamento efetivado.

Art. 9º. Os recursos repassados por meio deste instrumento destinam-se ao objeto supramencionado. Caso haja saldo remanescente, a utilização deste fica condicionado a autorização expressa da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLA.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

ANEXO ÚNICO

CRE	VALOR	ESCOLAS PARTICIPANTES
PLANO PILOTO	R\$ 24.000,00	- CEFAB do Cruzeiro (R\$ 12.000,00) - CED 01 Cruzeiro (R\$ 12.000,00)
CEILÂNDIA	R\$ 50.000,00	- CEM 03 de Ceilândia (R\$ 12.000,00) - CEF 10 de Ceilândia (R\$ 14.000,00) - Escola Parque Anísio Teixeira Cei. (R\$ 24.000,00)
GUARÁ	R\$ 9.000,00	- CEF 02 do Guará (R\$ 9.000,00)
PLANALTINA	R\$ 9.000,00	- Banda do Prof. Israel (R\$ 9.000,00)
SAMAMBAIA	R\$ 27.000,00	- CEF 619 de Samambaia (R\$ 15.000,00) - Ginástica nas quadras de Samambaia (R\$ 12.000,00)
TAGUATINGA	R\$ 15.000,00	- CEE 01 de Taguatinga (R\$ 15.000,00)
GAMA	R\$ 9.000,00	- CEF 11 do Gama (R\$ 9.000,00)
SANTA MARIA	R\$ 16.000,00	- Projeto Santa Maria em Pauta - Banda (R\$ 16.000,00)
TOTAL	R\$ 159.000,00	

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
E CIDADANIA

PORTARIA Nº 79, DE 05 DE JULHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e no artigo 215, I da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância Investigativa Preliminar, instaurado pela Portaria nº 62 de 04 de junho de 2018, publicada no DODF nº 107 de 07 de junho de 2018, pág. 34, constante nos autos do Processo Administrativo nº 0400-000145/2017 - SEI/GDF, acolhendo o Relatório Conclusivo produzido pela Comissão Permanente de Disciplina ID SEI 9688801, com os fundamentos do Despacho SEJUS/GAB/AJL ID SEI 9920951.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF
Telefones: (0XX61) 3961.4502 - 3961.4503
Editoração e impressão: Imprensa Nacional

RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

RENATO SANTANA
Vice-Governador

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Secretário de Estado da Casa Civil,
Relações Institucionais e Sociais

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
I - DATA, HORA E LOCAL. Em 06 de junho de dois mil e dezessete, às 10 horas, no auditório da Sede do Instituto de Previdência do Distrito Federal, situado no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco B 2º ANDAR do Edifício Parque Cidade; Corporate. II - COMPOSIÇÃO DA MESA: Conselheiros Titulares representantes do Governo: Paulo Cavalcanti de Oliveira, Inaldo José de Oliveira e Adler Anaximandro de Cruz e Alves. Conselheiros Suplentes representantes do Governo: Marcelo Soares Alves e Eduardo Muniz Machado Cavalcanti. Conselheiros Titulares Representantes dos beneficiários: Fernando Antônio de Aquino Pavie; Marcos Rogério Ferreira Guedes; Silvio Zerbini Borges; Alberto Nascimento Lima; Ricardo Andrade Vasconcellos; Ibrahim Yusef Mahmud Ali, e Lairton Galaschi Ripoll Junior; III - REGISTROS: em razão da ausência dos conselheiros titulares, os conselheiros Marcelo Soares Alves e Eduardo Muniz Machado Cavalcanti, participaram da reunião na qualidade de conselheiros titulares. IV - CONVOCAÇÃO: na forma do artigo 14 - subseção II do Regimento Interno do CONAD. V - ORDEM DO DIA: 1) leitura da ata da 58ª reunião extraordinária; 2) análise dos pontos de ressalvas das contas do Iprev/DF - exercícios 2014 e 2015; 4) informes gerais. VI - DELIBERAÇÃO: 1) ata aprovada e assinada; 2) Tendo em vista que o Parecer da prestação de contas do ano de 2014, apresentado pelo Conselho Fiscal, consta empate na votação dos membros, o referido Parecer será remetido à atual composição do CONFIS, com vistas à deliberação. VI - INFORMES GERAIS. Foi informado pelo conselheiro Marcelo Alves que o processo licitatório que tramita na SEPLAG para avaliação dos imóveis que serão repassados para recompor o patrimônio do Fundo Previdenciário, conforme disposto na Lei Complementar 899/2015, ocorrerá a partir de 04 de julho com a assinatura do contrato prevista para os dias 14 a 17 de julho. Informou também que em relação aos imóveis da TERRACAP que estão sendo avaliados pela CVI - Câmara de Valores Imobiliários do DF, a ordem de serviços para a referida avaliação, será aberta na data de hoje. VII - ENCERRAMENTO: O Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 25 minutos, a ata foi lavrada, lida, assinada e será arquivada na Secretaria dos Conselhos. O inteiro teor desta ata será publicado no site do Iprev/DF www.iprev.df.gov.br e este extrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

ATA DE REUNIÃO
A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES, DA SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das competências previstas no art. 37 da Lei nº 3.106, de 27 de dezembro de 2002 e art. 75, parágrafo único, da Lei nº 5.323, de 17 de março de 2014, realizou reunião ordinária de julgamento, com início às quinze horas e trinta minutos do dia três de maio de dois mil e dezessete, com a presença da Presidente Mariana Urbano Samartini Coelho, e os membros, componentes da terceira câmara, Leonardo Pessoa Rodrigues Gomes, Amanda Sanches Lima e Alex Coutinho Sant Anna. Abertos os trabalhos, foram relatados, discutidos, analisados e postos em julgamento os processos discriminados por nome e número, relacionados a seguir, aos quais, por unanimidade, foi negado provimento: GEOVANE RESENDE FARIA 0090-000232/2014; ECLEBER FREITAS REZENDE 0090-001086/2013; SELMA DE JESUS SILVA JUBE 0090-006975/2015; ELIZABETE FERNANDES JOANNA 0090-000511/2016; ALEX ARAUJO SAMPAIO 0090-000230/2013. Nos processos a seguir, dispostos por autorizador e número, a presidente e os demais membros divergiram do voto do relator e INDEFERIRAM o recurso, por maioria: GLAUCINETE ALVES ROCHA 0090-004453/2014; ALESSANDER DO VALLE CORDEIRO 0090-000942/2015; LUIZ CARLOS ALVES 0090-001705/2013. No processo a seguir, indicado por autorizador e número, decidiu-se, por unanimidade, pelo deferimento do recurso: LUCIANA DE OLIVEIRA BOUNAFINA 0090-000393/2016. Na ocasião, não houve distribuição de processos aos membros presentes, componentes da TERCEIRA CAMARA. Posteriormente, serão distribuídos os processos relacionados em seguida, discriminados por nome e número, para análise e julgamento pelos membros convocados para a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, no dia dez do mês de maio de dois mil e dezessete: CONDOR 0098-002640/2012; CONDOR 0098-006764/2012; CONDOR 0098-001735/2012; CONDOR 0098-003238/2012; CONDOR 0098-006415/2012; VIPLAN 0098-007347/2012; VIPLAN 0098-006239/2012; VIPLAN 0098-003301/2012; VIPLAN 0098-007344/2012; VIPLAN 0098-005388/2012; VIPLAN 0098-005389/2012; VIPLAN 0098-001650/2012; VIPLAN 0098-001496/2012; VIPLAN 0098-005256/2012; VIPLAN 0098-002647/2012; LOTAXI 0098-006403/2012; LOTAXI 0098-006776/2012; LOTAXI 0098-006400/2012; LOTAXI 0098-007377/2012; LOTAXI 0098-007233/2012; LOTAXI 0098-006470/2012; LOTAXI 0098-006469/2012; LOTAXI 0098-007231/2012; LOTAXI 0098-007232/2012; LOTAXI 0098-006402/2012. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e trinta minutos. MARIANA URBANO SAMARTINI COELHO, Presidente. LEONARDO PESSOA RODRIGUES GOMES, AMANDA SANCHES LIMA e ALEX COUTINHO SANT ANNA, Membros.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 321, DE 28 DE JULHO DE 2017 (*)

Tornar público, para o exercício de 2017 o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) em despesas de custeio no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no Decreto no 33.867, de 22 de agosto de 2012, e demais normativos que dispõem sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), RESOLVE:
Art. 1º Tornar público, para o exercício de 2017, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) em despesas de custeio no âmbito do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), que serão descentralizados, em caráter complementar, diretamente à Unidade Executora (UEx) das Coordenações Regionais de Ensino de Ceilândia, Guará, Planaltina, Samambaia e Sobradinho.

Parágrafo único: Os recursos financeiros serão distribuídos conforme valores descritos no anexo único.

Art. 2º As Coordenações Regionais de Ensino do Gama e de Santa Maria participarão apenas com a banda musical, não necessitando de recursos financeiros.

Art. 3º Os recursos disponibilizados na presente portaria são para aquisição de vestuário e acessórios para compor a indumentária dos estudantes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal nas comemorações do Dia da Independência do Brasil, em 07 de setembro de 2017.

Art. 4º Com essa perspectiva, no desfile de 07 de setembro de 2017, a SEEDF se apresentará ao público com a proposta do tema "Sustentabilidade e os quatro elementos da natureza: fogo, água, ar e terra", que serão representados por estudantes as unidades escolares vinculadas às Coordenações Regionais de Ensino de Ceilândia, do Gama, do Guará, de Planaltina, de Samambaia, de Santa Maria e de Sobradinho, distribuídos em 13 (treze) blocos.

Art. 5º Os autos dos recursos descentralizados por meio da presente Portaria deverão ser autuados em processo apartado e apensado ao processo de Prestação de Conta Anual da unidade executora.

Art. 6º Os itens de vestuário e acessórios comporão o acervo da respectiva Regional de Ensino que será responsável pela guarda e conservação desses.

Art. 7º Todas as aquisições com recursos do PDAF devem estar inseridas na ata de prioridades das Unidades Executoras, previamente aprovada pelo órgão interno de deliberação da UEx e cumprir as determinações contidas nos parágrafos 2º e 3º do artigo 5º do Decreto 33.867/2012.

Art.8º Os recursos repassados por meio deste instrumento destinam-se única e exclusivamente ao objeto supramencionado, salvo com autorização expressa da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO GREGÓRIO FILHO

(*)Republicada por ter sido encaminhada com incorreções no original, publicado no DODF nº 145, de 31/07/2017.

ANEXO ÚNICO

CRE	Valor
CEILÂNDIA	R\$ 18.000,00
GUARÁ	R\$ 16.900,00
PLANALTINA	R\$ 2.800,00
SAMAMBAIA	R\$ 2.300,00
SOBRADINHO	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 45.000,00

PORTARIA Nº 313, DE 26 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso V, Parágrafo Único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, nos artigos 113 e 169 da Resolução nº 1/2012-CEDF e, ainda, a análise e deferimento do Regimento Escolar da Instituição Educacional pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, constante no Processo 084.000601/2013, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Escolar da Escola Carinha de Anjo, situada no Setor SHA - Conjunto 4, Chácara 71, Lote C, Águas Claras - Distrito Federal, mantida por Verônica Rosa Brasil - ME, com sede no mesmo endereço, registrando que o referido instrumento legal contém 137 artigos e 44 páginas.

Art. 2º Determinar que a direção da instituição dê ampla divulgação do Regimento Escolar entre os membros da comunidade interessada.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JULIO GREGÓRIO FILHO

PORTARIA Nº 322, DE 31 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso V, Parágrafo Único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, nos artigos 109 e 113 da Resolução nº 01/2012-CEDF, e, ainda, o contido no processo 410.000347/2012, RESOLVE:

Art. 1º Declarar extinta a Escola Novo Caminhar, situada na EQNP 22/26, Área Especial G, Ceilândia - Distrito Federal, mantida pela Escola Novo Caminhar - Empreendimentos Educacionais Ltda. - ME, com sede no mesmo endereço.

Art. 2º Determinar o recolhimento do acervo escolar da Escola Novo Caminhar pela Gerência de Documentação e Acervo Escolar, da Coordenação de Supervisão, Normas e Informações do Sistema de Ensino, da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JULIO GREGÓRIO FILHO

PORTARIA Nº 323, DE 31 DE JULHO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso V, Parágrafo Único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, nos artigos 113 e 169 da Resolução nº 1/2012-CEDF e, ainda, a análise e deferimento do Regimento Escolar da Instituição Educacional pela Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, constante no Processo 084.000277/2014, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Escolar do Centro Educacional Logos, situado na QN 508, Conjunto 1, Lote 03, Samambaia - Distrito Federal, mantido pela Sociedade Educacional Logos Ltda. - EPP, com sede no mesmo endereço, registrando que o referido instrumento legal contém 147 artigos e 71 páginas.

Art. 2º Determinar que a direção da instituição dê ampla divulgação do Regimento Escolar entre os membros da comunidade interessada.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JULIO GREGÓRIO FILHO